

O Discurso Pedagógico da Modernidade

Diana Couto Pinto

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Maria Cristina Leal Universidade Federal

Fluminense (UFF) **Marília de Araújo Lima**

Pimentel

Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

Analisa o discurso pedagógico da modernidade construído no Brasil pelo pensamento e a ação de alguns educadores liberais e socialistas que influenciaram a criação do sistema público de ensino entre 1920 e 1990. São apresentados alguns temas que demonstram os diferentes significados que educadores liberais e socialistas imprimiram ao discurso pedagógico da modernidade. Enfatiza que enquanto os educadores liberais não assumiram filiação em partidos políticos, os educadores socialistas sustentaram que sem a presença do partido político não poderiam lutar em defesa da escola pública.

Introdução

A pesquisa pretendeu identificar e discutir as contribuições que alguns educadores brasileiros deram para a elaboração de versões do que denominamos "o discurso pedagógico da modernidade".¹

*Este texto sintetiza o projeto de pesquisa *Trajetória!: Liberal e Radical em Defesa do Sistema Público de Ensino no Brasil*, realizado no período de 1993-1995, com o apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e da Faperj, e com a colaboração das seguintes pessoas: Ignes Paes Senra, Iracema de Macedo Paim, Jorge Antonio da Silva Rangel, Marco A. Ribeiro da Costa, Manha Alkimin C. de Araújo, Ney I. T. de Almeida, Paulo Fleury, Rachel Gorayeb, Rosa Cristina V. Rosa, Edna Pires de Moura, Mônica Silva de Alcântara, Simone Pimentel Vahante, José N. M. de Souza, Elma dos Santos Gonçalves, Erica da Silva e Livia Walkiria M. Barbosa.

¹O discurso da modernidade insere-se na sociedade onde predomina a dominação de tipo racional-legal, personificada no Estado, e na qual conceitos como nacionalismo, democracia, secularização, cidadania, progresso, industrialização, urbanização, escola pública e outros norteiam a ordem social.

Para realizá-la utilizamos como ferramenta a noção de paradigma ou matriz criada por Kuhn (1987, p.218), ou seja, um conjunto "de crenças, valores, técnicas, etc, partilhados pelos membros de uma comunidade determinada".

Partimos, então, do suposto de que as bases sociológicas do campo pedagógico brasileiro foram construídas a partir de dois tipos de matrizes: a funcionalista e a radical. Estas matrizes são consideradas aqui nas duas principais orientações de uma visão científica de educação: as versões liberal e socialista de educação.

Com essas matrizes identificamos as perspectivas teórico-ideológicas que inspiraram os educadores brasileiros em suas realizações, bem como as suas contribuições para a formulação de um discurso pedagógico da modernidade nas versões liberal e socialista.

A especificidade e as demarcações entre o liberalismo e o socialismo no campo pedagógico foram identificadas por meio da reconstituição e da análise da produção teórica e das realizações dos seguintes educadores: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes.

Vale esclarecer que a escolha desses intelectuais/educadores deveu-se a sua área principal de atuação - o eixo Rio de Janeiro-São Paulo - e ao fato de estarem enquadrados na linha de continuidade que intencionalmente estabelecemos entre as matrizes liberal e socialista, para compreender o processo de luta em defesa do sistema público de ensino.

No processo de estruturação da sociedade e do Estado modernos, há a necessidade de se esclarecer os homens, prepará-los para a cidadania, o que exige destaque para a educação escolar. Desta, os modelos mais acabados e testados são o francês, da campanha republicana, que inaugurou a escola pública, e o norte-americano, que concretizou a possibilidade de formação do cidadão democrático.

Inspirados nesses bem-sucedidos modelos, os nossos educadores liberais construíram, a partir dos anos 20, o discurso pedagógico da modernidade. Para que este discurso se legitimasse e penetrasse na sociedade brasileira, em trânsito da ordem patrimonial e tradicional para a ordem moderna, os educadores tiveram de enfrentar uma luta sem tréguas contra os representantes do discurso pedagógico

tradicional. As fileiras do discurso pedagógico tradicional, liderados pela voz da Igreja e fortemente influenciadas pela tradição da Contra-Re forma, foram engrossadas por empresários e políticos que não viam com bons olhos a subordinação da educação ao Estado e que se sentiam ameaçados diante da possibilidade de ampliação da escola pública.

A Sociologia foi outro ingrediente relevante do discurso pedagógico da modernidade, já que, ao utilizá-la, os educadores liberais e socialistas puderam dar a esse discurso o status científico de que necessitavam para denunciar as mazelas da educação escolar brasileira e sugerir projetos modernos. Da Sociologia, especialmente a de Durkheim, os educadores liberais extraíram subsídios para escrever manifestos à Nação e forjar reformas educacionais com as quais inauguraram suas intervenções na educação escolar pública.

A análise da formação dos intelectuais brasileiros, no período de 1920-1940, demonstra que eles atuaram na sociedade civil como mobilizadores de estratégias culturais, expressando-se por meio de um discurso que correspondia à modernidade no campo educacional. Tematizaram a reorganização do Estado nacional, através da promoção de um amplo debate político em torno das questões ligadas à organização nacional, à sua unidade e à modernização das instituições, visando à incorporação aos quadros do Estado de novos setores sociais para atender às crescentes demandas por mais direitos sociais.

A idéia de efetiva participação no espaço público forjou uma nova identidade para os intelectuais brasileiros que, gradativamente, foram se aproximando do Estado e intensificando a sua presença dentro dele a partir dos anos 30. A constituição de vínculos empregatícios entre o jovem intelectual e o Estado modernizador contribuiu para a formulação de um projeto de nação. Esses intelectuais acabaram por servir como peças de sustentação indispensáveis à modernização social e cultural apregoada pelo Estado centralizador.

A análise de Monarcha sobre o ideário escolanovista visualiza a construção de um discurso político-ideológico que buscava desenhar os possíveis caminhos do País em direção ao progresso capitalista e à modernidade:

Nesse projeto de transição para a modernidade capitalista ou nos sucessivos deslocamentos operados no ideário liberal, a força está na cultura, particularmente na concepção de cultura pragmática, portanto, moderna, simbolizando oposição à

metafísica e à ausência de diretrizes. Para os pioneiros da educação renovada, a cultura era a via para a promoção de uma ampla reforma das consciências, maneira pela qual se realizava o essencial do projeto liberal: a revolução da ordem (Monarcha, 1989, p. 170).

Um dos grandes dilemas desses intelectuais refere-se à configuração de um projeto de nação. Suas propostas centravam-se na afirmação da identidade nacional capaz de gerar mudanças no sistema de significados, crenças e símbolos presentes no imaginário e de promover a organização social e cultural do país. Havia a necessidade, segundo eles, de se superar o atraso, através da afirmação de novos referenciais de cultura política que assegurassem a unidade e a integração nacionais, símbolos da modernidade.

O eixo principal de aglutinação dos intelectuais dessa geração estava assentado na busca imperativa de educação do povo pela via da instrução pública e nas reformas do ensino como disseminadoras de novas experiências de construção de um campo cultural e pedagógico.

Essa busca imperativa de incorporação do Brasil ao quadro das nações civilizadas do Ocidente por parte desses intelectuais acabou por produzir o discurso pedagógico da modernidade, que tinha como objetivo diagnosticar as mazelas e as deficiências do sistema de ensino e combatê-las com base em uma leitura sociológica da realidade brasileira. O destaque das Ciências Sociais foi instituído nesse discurso através de produções simbólicas, argumentos e projetos, cuja inflexão tinha como tônica o combate sistemático à miséria e ao analfabetismo, fruto da herança colonial.

Nas décadas de 20 a 40, participantes ativos dos quadros do Estado, esses funcionários estavam também empenhados em imprimir uma marca de especialização profissional às suas atividades, o que conduziu a estratégias de mudanças não só nas antigas escolas de formação profissional, como também na regulamentação de acesso à carreira docente. Para levar a termo essas medidas, assumiram um discurso liberal fundado na igualdade de oportunidades e na meritocracia.

A primeira geração de educadores reformistas, nascida no campo do Direito (Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo), ocupou cargos no Estado,

visando criar condições para civilizar o povo e constituir uma sociedade moderna, cuja direção deveria caber a uma elite ilustrada e competente. Formados em escolas tradicionais jesuíticas, eles assimilaram conhecimentos e valores que impuseram uma reflexão crítica à sua formação original. Pela reconstituição de suas trajetórias, pode-se compreender o processo pelo qual ocorreu a sua conversão, bem como a concepção de um discurso pedagógico que se opunha à pedagogia tradicional na qual haviam sido educados. Esses educadores que se autodenominaram pioneiros, além de terem instituído um sistema educacional novo em relação ao então existente, foram os responsáveis pelo recrutamento e pela preparação de quadros capazes de dar prosseguimento aos seus ideais com verdadeiro espírito missionário.

Seus seguidores, contudo, não foram meros reprodutores de suas idéias e realizações. Sob condições diferentes, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro assumiram o discurso pedagógico da modernidade com novas entonações ideológicas e formularam estratégias diferentes para tentar viabilizar a educação pública.

A segunda geração de educadores cujos discursos podem ser lidos como continuidade na construção da modernidade pedagógica, diferindo dos procedimentos implantados pelos seus antecessores, não lançou mão de uma instituição educacional, como a ABE, para expressar e divulgar as suas idéias. O partido político foi o veículo alternativo e mais moderno de difusão e realização de suas propostas de reforma educacional. Ao invés de se preocuparem com a divulgação de um discurso único sobre a questão da educação pública, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro promoveram e implementaram as suas propostas em partidos políticos diferentes e nitidamente marcados por visões divergentes sobre o trabalhismo e o socialismo, o que certamente acarretou um sentido diverso de pensar e de agir sobre a educação pública.

Na leitura das histórias de vida dos precursores do discurso pedagógico da modernidade, destaca-se, em primeiro lugar, a origem social de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O primeiro, filho de família modesta do interior de Minas, teve, desde cedo, de se sobressair nos estudos e procurar emprego por conta própria. Já Anísio veio de origem tradicional, era filho de coronel do interior

da Bahia, o que favoreceu o seu acesso aos estudos e o seu ingresso na carreira política. Porém, quanto à formação escolar, ambos apresentam traços em comum: estudaram em colégios jesuítas e tiveram formação jurídica, cursos em que predominam os estudos humanistas.

Em Fernando de Azevedo essa marca se acentua tanto nas suas primeiras publicações quanto nas disciplinas a que se dedicou nos primeiros anos do magistério e na função de jornalista (crítico literário). É possível afirmar que a preocupação com a problemática educacional, que se manifestou nos dois, tenha suas raízes na formação escolar jesuíta.

O processo de ruptura com o ensino religioso e a guinada em defesa do ensino público surgiu, tanto em Fernando de Azevedo quanto em Anísio Teixeira, no mesmo período. No primeiro, começou a se manifestar à época da elaboração do Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo (1926), quando iniciou a campanha pela criação de universidades. No segundo, o afastamento dos ideais educacionais tradicionais ocorreu quando viajou para os Estados Unidos e entrou em contato com as idéias de John Dewey.

Logo em seguida, os dois se conheceram e passaram a trabalhar juntos pela criação de um sistema público de ensino. O empenho pela realização de reformas que atingissem todos os níveis da educação escolar foi marca comum de atuação de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Houve, no entanto, um elemento discordante e significativo relativamente ao ponto de partida das reformas. Enquanto Anísio preferia iniciá-las pelo ensino elementar - a universidade das crianças - Fernando de Azevedo defendia que primeiro era preciso educar as elites para que estas tratassem de educar o povo. O tom mais filosófico enunciado pelo discurso de Anísio, fundamentado no pragmatismo de Dewey, não se opunha, mas se complementava com o discurso sociológico de Fernando de Azevedo, contribuindo inclusive para modernizar e dar flexibilidade ao projeto "durkheimiano" de educação com o qual Fernando de Azevedo se afinava

Para os dois, a Era Vargas representou tanto a possibilidade de projeção da educação pública no plano nacional quanto um período de sérias conturbações advindas de situações distintas. Para Fernando de Azevedo, aliado das elites

paulistas, significou desde cedo o alijamento do centro do poder nacional e a limitação de suas ações ao Estado de São Paulo. Já no caso de Anísio Teixeira, o período inicial de Getúlio Vargas não apresentou obstáculo às suas reformas educacionais no Distrito Federal (1931-1935) na gestão do prefeito Pedro Ernesto, mas, a partir de 1935, a perseguição de Vargas e seus aliados a Pedro Ernesto impôs ao educador o seu primeiro silenciamento e a desarticulação de sua obra, com a extinção da Universidade do Distrito Federal (UDF).

Enquanto Anísio se exilava voluntariamente no interior da Bahia, passando a se dedicar a atividades empresariais, Fernando de Azevedo continuava sua carreira acadêmica na Universidade de São Paulo (Usp).

Em 1941, os dois educadores retornaram à cena política, exercendo o cargo de secretário de Educação: Fernando de Azevedo, em São Paulo; e Anísio Teixeira, na Bahia, onde criou a primeira escola-parque, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, embrião dos Cieps de Darcy Ribeiro.

A redemocratização do País e, logo em seguida, os "anos J.K." inauguraram, sob a égide do nacional-desenvolvimentismo, um período de efervescência para os intelectuais envolvidos com os grandes problemas nacionais. No campo educacional, os embates estiveram centrados na discussão do projeto de LDB, que uniu duas gerações de educadores liberais e socialistas em defesa da escola pública.

Em meados dos anos 50, Anísio e Fernando também atuaram juntos na área de pesquisa educacional. O primeiro foi nomeado diretor do Inep e o segundo dirigiu em São Paulo o Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Nessa época, Darcy Ribeiro agregou-se ao trabalho dos pioneiros, iniciando sua incursão no campo educacional. Em 1958, os três estiveram juntos, defendendo a escola pública contra o substitutivo Carlos Lacerda à LDB. Surgiu, nessa época, no cenário dos debates educacionais, a figura de Florestan Fernandes, até então um sociólogo dedicado aos estudos e às pesquisas acadêmicas na Universidade de São Paulo. Data desse período a segunda tentativa de silenciar Anísio Teixeira. Católicos leigos de renome, como Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção, tentaram destruir a imagem de Anísio perante os intelectuais e a opinião pública em geral, acusando-o de ateu, comunista e defensor do monopólio estatal da educação.

A favor de Anísio, agregaram-se intelectuais, que expuseram suas teses de defesa do ensino público no Manifesto de 1959 - *Mais uma vez convocados* - e em vários artigos publicados em jornais e revistas. Mas a "Era JK" e seus intentos de democracia impediram que essa ameaça de silenciar Anísio se concretizasse.

Nos anos 60, há duas fases a destacar. A primeira, até o período João Goulart, representou, *grosso modo*, um espaço aberto à atuação dos educadores adeptos da escola pública e foi marcado por iniciativas como a criação da Universidade de Brasília e a elaboração do Plano Nacional de Educação.

A segunda fase, iniciada com o golpe de 1964, fechou esse ciclo de esperança e possibilidades de realizações com a perseguição a Anísio e o exílio de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Nos anos 70, encerraram-se os ciclos de vida de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (falecidos em 1971 e 1974, respectivamente).

Darcy Ribeiro sobreviveu no exílio como reformador de universidades na América Latina e como literato. Florestan Fernandes engajou-se nas fileiras da resistência à ditadura militar e foi expulso da universidade brasileira. Manteve, no entanto, suas atividades acadêmicas, lecionando em universidades dos Estados Unidos e do Canadá e publicando obras sobre a situação brasileira e latino-americana.

Com o fim do ciclo militar e o início da anistia, Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes retornaram ao País e, aos poucos, retomaram as suas funções na universidade e na vida pública. E a grande marca de suas atividades públicas será dada pela atuação dentro de partidos políticos socialistas. A partir dessa inserção, Darcy tornou-se vice-governador e depois senador da República, dedicando-se à defesa e à construção de escolas públicas de tempo integral - Cieps - e a criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf).

Florestan Fernandes, também militando em um partido político, tomou-se deputado federal por São Paulo e dedicou seus dois mandatos legislativos à defesa da escola pública.²

As histórias de vida de Darcy e Florestan, além da estratégia comum de atuarem em prol da escola pública pela via político-partidária, são também semelhantes no interesse pela pesquisa de estudos indígenas e pelo fato de terem cursado pós-graduação na mesma instituição paulista. No entanto, a identificação com os princípios socialistas assumiu matizes distintos. Embora ambos tenham, de início, abraçado o marxismo-leninismo, Darcy o substituiu pela social-democracia do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Florestan manteve-se fiel a ele mesmo, integrando o Partido dos Trabalhadores.

A trajetória de vida desses educadores e suas idéias e realizações possibilitaram a identificação de unidades temáticas que integram o discurso pedagógico da modernidade: 1ª) o papel da Sociologia da Educação; 2ª) a visão da educação pública; 3ª) a idéia de reforma; 4ª) o significado da democracia na educação; 5ª) o projeto de universidade; e 6ª) o engajamento político-partidário. Trataremos, a seguir, de examinar como esses educadores se posicionaram diante dessas temáticas.

O papel da Sociologia da Educação

Fernando de Azevedo, estudioso da Sociologia da Educação, ressaltou que essa disciplina tinha como objetivo estudar os processos sociais, as instituições, os sistemas escolares, a interdependência entre estrutura e organização social e as teorias e doutrinas pedagógicas. O papel da Sociologia da Educação tem para Fernando de Azevedo um sentido de projeto histórico autônomo, voltado para o resgate da capacidade de intervenção humana na organização da sociedade. A Sociologia pode se constituir um instrumento de mudança social para se tentar superar os problemas do País. Ela permite produzir um discurso científico capaz de diagnosticar e reformular a educação pública e contribuir para formulação de um novo tipo de pedagogia.

Para Anísio Teixeira, somente o homem intelectualmente preparado poderia estar participando plenamente da sociedade. A escola encarregada de preparar o homem social tinha de estar comprometida com a comunidade para poder refletir e agir sobre os problemas sociais.

Florestan não só consolidou uma crítica consistente à realidade social brasileira como a fundamentou sociologicamente. As suas vias de acesso ao problema educacional foram iniciadas quando ainda atuava como professor na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Usp. Para ele, a Sociologia da Educação deve analisar os fenômenos educacionais não de modo isolado, mas sim como parte da realidade social. Não são, portanto, as estruturas internas e isoladas que justificam e mobilizam um conjunto significativo de mudanças no

âmbito das instituições educacionais. Assim, o papel da Sociologia da Educação não seria o de criar ou estabelecer mais um conhecimento especializado, mas de enfatizar e compreender a dimensão social que contribui para caracterizar e compreender fenômenos no campo educacional.

Ao dirigir o programa de Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) Darcy Ribeiro iniciou um projeto de caracterização da sociedade brasileira, a fim de planejar a educação a ela destinada. Darcy passou a apostar na mudança social pela via das mudanças cultural e educacional.

Visão da educação pública

Fernando de Azevedo sempre defendeu a educação pública sem fazer concessões a quem quer que fosse e sem se subordinar a interesses particulares. Ele enxergou, nas reformas de ensino, um ponto de partida para a melhoria da cultura da elite e do povo. A sua visão de educação pública pressupunha um sistema de ensino amplo, diversificado e aberto à possibilidade de formação de uma elite cultural, permanentemente recrutada entre os melhores, os mais competentes estudantes.

Para Anísio Teixeira, a educação pública tinha um sentido profundamente democrático e equalizador. Era um direito social do povo que só poderia ser garantido pelo Estado. A possibilidade de garantir a igualdade e a democratização da educação pública exigia a criação de escolas com características peculiares para atender às crianças oriundas das classes populares e que não dispunham, no ambiente doméstico, de apoio material e intelectual para estudar. Foi com essa perspectiva que ele criou as escolas-parque. Assim como Fernando de Azevedo, Anísio defendia um sistema público e gratuito de ensino em todos os graus.

Na perspectiva de Florestan Fernandes, a intervenção do Estado na esfera educacional não é suficiente para resolver todos os problemas do sistema educacional brasileiro. A educação pública, para efetivamente se democratizar, deve se adequar aos interesses das camadas populares e trabalhar no sentido da sua emancipação.

A proposta de educação pública de Darcy Ribeiro deságua em um modelo de escola de tempo integral (ensino fundamental), que tenta dar prosseguimento ao projeto da escola-parque de Anísio. Embora tenha um projeto para a educação juvenil, para atender aos jovens que estão atrasados na escola e que necessitam estudar à noite, não apresenta propostas educacionais para o ensino médio. A sua visão de ensino superior enfatiza a ciência e a tecnologia.

A idéia de reforma

Em Fernando de Azevedo, a reforma está comprometida com a implantação de valores de "civilização", cunhados na Europa e nos Estados Unidos do pós-guerra. A reforma da educação, para garantir a modernização da sociedade, passa pela ruptura com o pensamento católico, pela demarcação de um novo campo pedagógico e pela quebra da predominância do ensino religioso (católico) nas escolas, especialmente nas escolas públicas.

Fernando de Azevedo apostava na edificação de um sistema de ensino de âmbito nacional. Defendia, para isso, uma reforma radical de todo o aparelho de ensino público a partir de três vertentes básicas. A primeira pressupunha a ampliação do ensino escolar. A segunda requeria a ampliação de diferentes níveis e modalidades de ensino e a integração de todas as instituições escolares em um plano único e sistemático de educação pública. A terceira defendia a adaptação do sistema escolar ao meio social. Para se propor reformas era, no entanto, necessário respeitar alguns requisitos:

Não é muito difícil traçar no papel um plano de reformas, ainda que radicais, quando se conhece bem determinada região do País e já se tem uma filosofia e uma política de educação. Ainda assim não são poucos os problemas que se tem de enfrentar para a elaboração de um plano orgânico, sistemático e flexível a um tempo, e tão ajustado quanto possível às realidades, condições e exigências do meio social, econômico e político (Azevedo, 1971, p. 105).

A reforma de Azevedo no Distrito Federal, iniciada em 1927, representou um movimento antagônico em relação aos antigos procedimentos adotados pelo discurso pedagógico tradicional. Estruturou uma concepção nova de espaço

escolar, que implicou a criação de novas escolas, com prédios apropriados e aparelhados (laboratórios, oficinas). Além da reformulação da estrutura física das escolas, a reforma estabeleceu novas diretrizes de estrutura e funcionamento de ensino. Essas novas diretrizes incluíam a incorporação de novas disciplinas ao currículo, como a Educação Física, e a recomposição do quadro de professores por meio de concursos.

Para Anísio Teixeira, a reforma da sociedade e a instituição de um Estado democrático se daria pela democratização da escola:

A escola pública é o instrumento da integração e da coesão da "grande sociedade", e se deve fazer o meio de transformá-la na "grande comunidade". O Estado democrático não é, apenas, o Estado que a promove e difunde, mas o Estado que dela depende como condição *sine qua non* de seu próprio funcionamento e de sua perpetuação (Teixeira, 1956, p. 172).

Apesar de acreditar que a reforma social exige mudanças do sistema escolar, Anísio reduz a idéia de reforma aos aspectos técnico-pedagógicos. Ele interpreta a reforma como estado transitório do sistema escolar, uma vez que é da sociedade que emergem as mudanças que determinam alterações na educação escolar.

Em Florestan Fernandes a categoria reforma tem sentido particular. Ao analisar os fenômenos educacionais, Florestan dá um sentido negativo a esse tema. A reforma educacional soa para Florestan como um meio-caminho, algo distante da efetiva transformação da ordem social vigente e mesmo dos rumos que a educação deve tomar nesse processo:

Devo esclarecer realmente, porém, que não alimento nenhuma "Fé reformista"... No entanto, se mantivesse as ilusões alienantes e mistificadoras, decorrentes da posição de professor universitário, as minhas experiências pessoais e a minha lealdade ao socialismo me ensinavam a não acreditar na apregoada "Fé reformista", que não passa de um engodo e de um expediente dos que procuram imbuir ou calar os adeptos de transformações radicais (Fernandes, 1979, p.13).

Ao tratar das alterações de curto alcance, Florestan lida com a categoria mudança. Para estabelecer o horizonte das alterações estruturais da sociedade, aquelas que implicam um novo desenho institucional, trabalha com a idéia de revolução, inspirada na tradição marxista.

Ao se referir as mudanças no âmbito educacional, Florestan insiste na dimensão nacional e cultural desse processo. Nacional, porque leva em conta os interesses das camadas populares, do proletariado. Cultural, porque contrapõe a autonomia cultural que essas mudanças devem produzir à realidade de dominação e submissão cultural sob a qual o país vive.

O discurso de Darcy Ribeiro caracteriza a educação como "instrumento de revolução", sendo essa a idéia-força que edifica o autoconhecimento nacional. A sua principal preocupação é institucionalizar as reformas para reorganizar o Estado e buscar a identidade nacional. Ele ataca sistematicamente o caráter integrado do sistema de dominação existente sobre os latino-americanos e advoga a entrada do Brasil na modernidade, o que exige mudança de atitude diante de dicotomias como classe dominante versus classes populares, código culto *versus* código letrado.

Darcy Ribeiro assinala que reformar a educação não consiste apenas em construir ou recuperar prédios. A principal reforma que a escola brasileira precisa diz respeito à sua pedagogia. O Ciep e o Ciac, segundo ele, não são apenas projetos arquitetônicos. Representam um esforço de reforma pedagógica que, entre outros fatores, inclui a formação de professores com nível normal superior. Darcy preocupa-se também com o recrutamento de professores recém-formados e o aperfeiçoamento deles em serviço. Defende a reforma educacional como parte de um projeto de nação que deverá nos conduzir ao mundo científico-tecnológico e que permitirá a mudança de atitude da classe dominante para com o povo, o que se fará por meio da "democratização do ensino" e do "ensino da cidadania".

O significado de democracia na educação

A democracia, como temática presente no discurso de Fernando de Azevedo, assume um significado de garantia de estabilidade política nas instituições capazes de promover a igualdade de oportunidade e de servir de instrumento para a reconstrução do País. Ela aparece na obra de Fernando de Azevedo como algo a ser construído e dentro de um projeto de nação moderna, na qual

a escola e os meios de comunicação, especialmente a imprensa, estejam sempre a serviço da formação do povo e de uma opinião pública esclarecida.

Em Anísio, a relação entre democracia e educação dá-se no processo civilizatório. Esse ideal, assumido em seu livro *Educação para a Democracia*, é exposto mediante princípios filosóficos:

A democracia não pode existir sem educação para todos e cada um, pois importa transformar, não alguns homens, mas todos os homens, para rematar, por evolução consciente, a obra que as sucessivas civilizações, desde o começo dos séculos, vêm realizando pela injustiça e, conseqüentemente, a violência (Teixeira, 1936, p.15).

Em 1956, já atuando na cena política e educacional, Anísio proferiu um discurso no qual defendeu a premissa de que o ideal democrático passa pela educação, sendo, portanto, a educação fundamento da democracia:

A educação nas democracias, a educação intencional e organizada, não é apenas uma das necessidades desse tipo de vida social, mas a condição mesma de sua realização. Ou a educação se faz no processo das modificações necessárias na formação do homem para ver se opera a democracia, ou o modo democrático de viver não se poderá efetivar. Daí ser a educação um dos fundamentos da crença democrática...a escola sendo o instrumento desejado de sua realização (Teixeira, 1956, p.206).

Florestan alerta para o amplo significado que o tema da democracia na escola pode ter e que inclui desde a transformação das técnicas e dos métodos pedagógicos até a interação aberta e construtiva da escola com as necessidades e os interesses sociais dos círculos humanos a que serve. Para Florestan, o elemento central da democracia, no caso da escola, está expresso na universalização das oportunidades educacionais. Em várias passagens de seus escritos, a democracia na educação é interpretada como uma dívida histórica que a República não saldou e para a qual os esforços dos pioneiros não foram suficientes.

A proposta de democracia na educação em Darcy Ribeiro passa pelo projeto de socialismo de seu partido e inclui a expansão e a oferta de ensino básico para todos os brasileiros.

O projeto de universidade

Em 1934, tendo Fernando de Azevedo como um de seus fundadores, nasceu a Universidade de São Paulo, que se constituiu ponto de referência para a difusão de cultura e de pesquisa em diferentes especializações e núcleo de formação de professores para o ensino secundário. A criação de um campo universitário no Brasil, na década de 30, teve como horizonte a produção de conhecimentos sobre a realidade social brasileira, por meio da constituição de um corpo intelectual empenhado em descobrir e interpretar o Brasil, romper com a organização social anterior à Revolução de 30 e estabelecer novos princípios de ingresso do País na modernidade. Em São Paulo, montou-se um clima de efervescência cultural, centrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A criação da Universidade do Estado de São Paulo abriu, para Fernando de Azevedo, a possibilidade de construção e difusão de um discurso crítico e científico sobre a negação ao povo do direito à educação e à cultura.

Anísio Teixeira criticava a universidade voltada exclusivamente para a formação profissional, sugerindo que ela deveria desenvolver o saber em todos os seus aspectos e estimular a criatividade intelectual:

A função da Universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também o difunde. Não se trata somente de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata somente de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que a Universidade (...) Trata-se de manter uma atmosfera de saber, para se preparar o homem que o serve e o desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva (Teixeira, 1935, p. 12).

Florestan Fernandes vê a universidade brasileira sofrer de um mal congênito que advém de sua formação nos moldes das unidades conglomeradas. Essa característica não resulta apenas de processos internos à educação superior. A formação da universidade, a partir de um conglomerado de unidades isoladas, revela a importância que se dava à universidade de tipo tradicional e à dependência aos grandes centros culturais do mundo.

Apesar de os discursos oficiais tenderem a envolver a universidade com o desenvolvimento econômico e social do País, nenhum projeto de desenvolvimento deu destaque suficiente à universidade. Uma das marcas da própria universidade é o seu caráter elitista e distanciado dos problemas sociais.

Para Florestan, as propostas de alteração do sistema universitário brasileiro, seja por meio da reforma universitária, seja via projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mostraram-se, em geral, tímidas, configurando-se como mudanças dentro da ordem, ou seja, mudanças aceitáveis para a manutenção da ordem vigente.

Florestan entende que o projeto de universidade passa, necessariamente, pela função emancipadora que ela deve ter no âmbito da cultura nacional. Outro componente essencial do projeto de universidade, defendido por Florestan Fernandes, consiste na liberdade e em inovações necessárias ao trabalho crítico no campo científico, por ele denominado de "radicalismo intelectual".

Para Darcy Ribeiro, a força contestatória dos jovens deve ser o elemento marcante da universidade. Ele defende, em seu projeto de universidade, uma maior e melhor distribuição de oportunidades educacionais no ensino superior e o aperfeiçoamento contínuo da função central da universidade: a pesquisa e a produção de conhecimento científico.

O projeto de universidade de Darcy Ribeiro assume o sentido de uma espécie de arqueologia epistemológica, cujo núcleo central é o processo civilizatório:

Universidade é aquela instituição fundamental que garante o domínio do saber em que se funda uma civilização. Qualquer civilização se baseia num corpo de saber erudito, que não pode ser transmitido oralmente, mas que é transmitido num nível erudito pelas instituições universitárias (Ribeiro, 1985, p.25).

A criação da Universidade de Brasília (UnB) representou um engajamento na perspectiva de se apostar na produção do saber, na maioria desse saber e na possibilidade de se formular e realizar um projeto capaz de integrar conhecimentos e difundi-los. Segundo Darcy, a Universidade de Brasília foi, de certa forma, a aspiração mais profunda da intelectualidade brasileira, particularmente dos cientistas, pois foi a comunidade científica, por meio da

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que mais o assessorou na formulação do projeto da UnB.

No segundo mandato de Brizóla (1990-1994), Darcy Ribeiro deparou-se com mais um desafio: criar uma universidade no norte fluminense. No novo projeto, enfatiza a idéia de uma universidade que leve ao domínio das ciências básicas, das práticas tecnológicas de ponta, que poderão estar futuramente predominando no Brasil. Para tanto, faz-se necessária uma universidade com visão crítica do presente, voltada para a modernidade do processo de desenvolvimento social e cultural da humanidade.

O engajamento político-partidário

A posição de Fernando de Azevedo quanto à possibilidade de participação direta no partido político não está, em momento algum, assumida em seus escritos. Ele advogava certa "neutralidade" a respeito de engajamentos político-partidários quando se atua na esfera educacional. Essa temática encerra o silêncio principal de Azevedo, a despeito de referências, ainda não confirmadas, de uma suposta simpatia a ideais socialistas. Mesmo ocupando importantes cargos políticos e atuando afiançado pela família Mesquita de *O Estado de S. Paulo*, Fernando de Azevedo nunca assumiu abertamente compromissos de cunho político-partidário.

Anísio sempre recusou convites de filiação político-partidária. Construiu sua atuação política no espaço público, ocupando, inicialmente, cargos de destaque no Estado, mediante uma articulação com a oligarquia baiana. Podemos afirmar que Anísio nunca pertenceu a qualquer partido político. Sua bandeira era antes a defesa da escola pública, que começou a defender em 1924 e perdurou ao longo de sua vida. Muitas vezes, não encontrando espaço para concretizar seus ideais em direção à democracia liberal, abriu mão dos postos que ocupou para se manter coerente com os seus princípios. O seu silenciamento determinado por forças contrárias a sua atuação política e educacional, tanto em 1935 quanto em 1964, evidencia o cerceamento de sua luta em defesa da escola pública. O silêncio a que foi submetido em 1935 serviu para reconhecer e confirmar que a sua opção estava afinada com anseios democráticos.

Florestan Fernandes vislumbra, nos partidos políticos, os novos agentes sociais capazes de mobilizar a sociedade para as grandes mudanças, incluindo-se aí as do campo educacional. A temática da educação e do engajamento político-partidário está presente em várias passagens de sua obra. Na sua perspectiva, a educação não se reduz à formação escolar. Ela se inscreve no terreno das práticas sociais e da liberdade. É uma ferramenta importante de emancipação das classes populares e de superação de desigualdades. Do ponto de vista político-partidário, a educação está voltada para a construção de uma consciência social, pois existe um conteúdo ético no processo pedagógico. Não existe processo de transformação social em que a educação não tenha papel de destaque.

Para Darcy Ribeiro, a militância político-partidária deu-se fundamentalmente pela linha do varguismo e do trabalhismo. Foi por meio dessa militância que se projetou como político profissional e construiu o seu projeto de escola pública de tempo integral - o Ciep. Darcy sempre participou ativamente da luta pelo desenvolvimento cultural e educacional do País, tendo para isso ocupado cargos de destaque tanto no Brasil como no exterior, onde foi membro da Comissão de Estudos de Educação da Unesco. O seu envolvimento com a educação e com partidos políticos sempre foi assumido publicamente e marcado por propostas originais, mesmo que polêmicas.

A nova versão do discurso pedagógico da modernidade

O discurso pedagógico da modernidade, que no processo educacional brasileiro se inaugurou com as reflexões que os pioneiros produziram acerca de suas reformas e lutas pela defesa da escola pública, teve duas fases bastante distintas de formulação ideológica. A primeira, de conotação liberal, assentou-se no liberalismo e na atuação individual de homens como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, que instituíram no campo pedagógico um discurso em defesa da escola pública, obrigatória, laica e gratuita em todos os níveis. A segunda

fase ganhou tons socialistas distintos e difundiu-se pela via dos partidos políticos de tradição varguista e trabalhista.

A análise da opção político-partidaria e da visão educacional de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes permite vislumbrar uma nova configuração no discurso pedagógico da modernidade, com destaque para o papel desempenhado pelo partido político como agente responsável por transformações nos campos social e educacional.

Pode-se detectar algumas diferenças entre os projetos socialistas do PDT e do Partido dos Trabalhadores (PT). O projeto educacional do PDT prioriza a escola pública fundamental de tempo integral, preocupando-se em dar à classe trabalhadora escolaridade elementar e condições de saúde que permitam sua inserção no meio urbano, com domínio sobre os signos da modernidade.

No PT, a proposta educacional ganhou cunho mais sociofilosófico, pois, na visão de Florestan (1989, p. 147), a educação e a "auto-emancipação coletiva dos trabalhadores colocam-se como co-determinantes de uma relação recíproca mediada pela escola e inspirada na função natural da classe trabalhadora de negar revolucionariamente a sociedade existente".

A derrocada do socialismo real e a onda neoliberal e globalizante tendem a imprimir à tese de defesa de um espaço público para a educação um sentido de projeto passado e que, segundo alguns educadores e políticos, poderá ser substituído por escolas alternativas administradas por organizações não-governamentais. Tais projetos estariam muito bem sintonizados com a proposta de Estado mínimo e cada vez mais distanciado do dever de cumprimento de direitos sociais, como o de garantir educação escolar para formar os seus cidadãos. Estamos nos deparando hoje com um projeto de educação pública que tende a substituir o sentido público/estatal da educação escolar para uma idéia de público/organizado por entidades da sociedade civil. Consideramos imprescindível e urgente uma avaliação, um balanço dos rumos que estão sendo traçados para a escola pública, sob pena de perdermos a compreensão da importância e do sentido da luta em prol do ensino público desencadeada pelos pioneiros nos anos 30.

Referencias bibliográficas

AZEVEDO, Fernando. *Historias de minha vida*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1971.

_____. *Sociologia educacional: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com os outros fenômenos sociais*. 2.ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Persona, 1974.

BUFFA, Ester, NOSELLA, Paolo. *A educação negada: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca de educação. Série 1, Escola ; v.17).

FERNANDES, Florestan. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.

_____. *A sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977. (Sociologia brasileira v.7).

_____. *A universidade brasileira: reforma ou revolução?* 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 19, Sociologia ;v.3).

GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des sciences sociales*. Paris: Dalloz, 1986.

HABERMAS, Jüger. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Pub. D. Quixote, 1990.

HAQUJRA, Osakabe. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairos, 1979.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.

MARTINS, Luciano. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.2, n.4, p.65-87, jun. 1987.

MONARCHA, Carlos. *A reinvenção da cidade e da multidão: dimensões da modernidade brasileira*. São Paulo: Cortez, 1989.

NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: a poesia na ação*. Rio de Janeiro, 1991. 2v. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica.

_____. *A construção do campo pedagógico: o processo de criação da identidade do educador profissional*. Niterói: UFF/ESSE/SFP, [19—]. mimeo.

RIBEIRO, Darcy. *Aos trancos e barrancos como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

TEIXEIRA, Anísio. Aula inaugural da UDF, em 31.07.1935. *Boletim da Universidade do Distrito Federal*, Brasília, v.1, n.1/2, jul. 1935.

_____. Democracia e educação: o processo democrático da educação. In: *Educação e o mundo moderno*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969. p.205-221. (Tema "C" XII da Conferência Nacional de Educação, 1956, Rio de Janeiro).

_____. *Educação não é privilégio*. 4.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

_____. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1936.

_____. A universidade e a liberdade humana. In: *A educação e a crise brasileira*. São Paulo: Ed. Nacional, 1956. p.260-261. (Palestra proferida na III Assembléia-Geral da União de Universidades da América Latina, 1954).

Recebido em 28 de novembro de 1995.

Diana Couto Pinto, doutora em Educação Brasileira pela Universidade Estácio de Sá (UES A), é professora adjunta e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Maria Cristina Leal, doutora em Educação Brasileira pela UFRJ, é professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Marília de Araújo Lima Pimentel, doutora em Educação Brasileira pela UFRJ, é professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

The research had analysed the modern pedagogical speech created in Brazil by the thought and action of some liberal and socialist educators who had influenced the building of the educational public system between 1930 and 1990. This article presents some issues that indicate the different meanings that liberal and socialist educators had given to the modern pedagogical speech. It emphasizes that while the liberal educators did not agree to take part in political parties, the socialist educators assumed that without the presence of political parties they couldn't fight for the public school.

Cette recherche analyse les propositions pédagogiques de la modernité faites au Brésil par la pensée et l'action de certains éducateurs libéraux et socialistes ayant influencé la création du système public d'enseignement entre 1920 et 1990. Dans ce travail, nous présentons certains thèmes qui montrent les différentes significations données par les éducateurs libéraux et socialistes aux propositions pédagogiques de la modernité. Cette recherche signale que les éducateurs libéraux n'ont pas fait partie des organisations politiques, alors que les éducateurs socialistes ont déclaré

que sans l'action à l'intérieur du parti, ils ne pourraient pas lutter pour la défense de l'enseignement public.

La investigación analizó el discurso pedagógico de la modernidad construido en Brazil por el pensamiento y la acción de algunos educadores liberales y socialistas que influenciaron la creación del sistema público de enseñanza entre 1920 y 1990. En el artículo se presentan algunos temas que demuestran los diferentes significados que educadores liberales y socialistas imprimieron al discurso pedagógico de la modernidad. El texto enfatiza que enquanto los educadores liberales no asuman filiación en partidos políticos, los educadores socialistas sustentaran que sin la presencia del partido político no podrán luchar en defensa de la escuela pública.